

Os limites da liberdade

Célia de Gouvêa Franco

Reuters



Andy Coulson: o ex-porta-voz do primeiro-ministro perdeu o emprego, acusado de saber das escutas telefônicas quando era editor-chefe do "News of the World"

Um dos poucos temas a competir seriamente com as notícias sobre o casamento do príncipe William pela atenção dos moradores da Grã-Bretanha, nas últimas semanas, parece roteiro de uma novela da televisão, por reunir supostos escândalos sexuais, uso de informação privilegiada, celebridades de todos os matizes e ameaças à liberdade de imprensa, além da discussão sobre o Judiciário e seu poder de censura.

Na verdade, seriam dois roteiros de novela que se entrelaçam e se confundem, um interferindo no outro. Em um deles, repórteres de um jornal espionaram a vida de pessoas célebres no país, por meio de mensagens de celulares, e a polêmica surgida a partir daí chega até Downing Street, a rua onde fica o gabinete do primeiro-ministro britânico. A segunda trama envolve famosos homens de negócios, jogadores de futebol, banqueiros e atores de cinema e de teatro, mas agora em novo papel, o de vilões, na opinião de boa parte da imprensa e mesmo da opinião pública, por terem recorrido à Justiça para que não se publicassem histórias a seu respeito. Em ambos os casos, é intenso o debate sobre os limites da liberdade de imprensa - até que ponto pode um jornalista invadir a privacidade do outro em nome do que seria "interesse público"?

No centro da primeira e mais antiga polêmica estão os jornais populares, habitualmente editados na Grã-Bretanha em formato tabloide (ou seja, com cerca da metade do tamanho padrão dos jornais habituais). E isso não poderia ser diferente em se tratando da imprensa inglesa - populares, mas também popularescos, esses jornais são provavelmente os melhores exemplos, em qualquer país, de publicação que busca escândalos e histórias sensacionais e sensacionalistas de forma sistemática. Vivem de editar e "vender" esse tipo de informação. Curiosamente, mesmo num mundo cada vez mais digital e ligado na internet, os tabloides continuam sendo muito lidos no Reino Unido, embora não tenham escapado de uma queda nas vendas. Dados de abril mostram que os seis principais tabloides ingleses tiveram, em seu conjunto, uma tiragem média de 6,1 milhões de exemplares no mês. E o principal deles, o famigerado "News of the World", que circula apenas aos domingos e é o protagonista da atual

polêmica sobre imprensa, vendeu 2,6 milhões em média em abril, segundo a "PressGazette", publicação que compila essas estatísticas.

Comprovação das denúncias de escuta telefônica põe em risco objetivos de expansão do plano de negócios de Rupert Murdoch

O jornal que desencadeou a atual crise de identidade da imprensa na Grã-Bretanha foi exatamente o "News of the World", controlado por Rupert Murdoch, o magnata da mídia que acaba de completar 80 anos. Desde 2005 pelo menos, o jornal acessou ilegalmente mensagens de dezenas e talvez mesmo de centenas de celulares e usou as informações conseguidas dessa forma em matérias jornalísticas, na maioria dos casos envolvendo pessoas muito conhecidas no país, como John Prescott, o ex-vice-primeiro ministro no mais recente governo trabalhista, e a atriz Sienna Miller.

Depois de não levar em consideração dúzias de reclamações de escuta ilegal de telefones, inclusive de autoridades como Prescott, que chegou a ser cotado para ser primeiro-ministro, a Scotland Yard prendeu em abril jornalistas do "News of The World", porque uma nova investigação comprovou as denúncias. Pego em flagrante delito pela polícia, o jornal passou, então, a oferecer compensações para os alvos da escuta ilegal - US\$ 100 mil para a atriz Sienna Miller, por exemplo. Advogados dos denunciantes dizem que o número de pessoas envolvidas de alguma forma na "espionagem" telefônica é muito maior do que o conhecido e que o pagamento de indenizações poderia chegar a algo entre US\$ 150 milhões e US\$ 250 milhões. Fontes da News Corp. disseram à revista "Vanity Fair" que esperam que o total a ser pago aos litigantes fique na casa dos US\$ 30 milhões, no máximo.

O escândalo acabou envolvendo o próprio escritório do primeiro-ministro britânico, David Cameron. Em janeiro, seu porta-voz, Andy Coulson, pediu demissão diante do furor causado pelas alegações de que ele sabia que os repórteres do "News of the World" estavam acessando conversas e mensagens telefônicas de forma ilegal quando ele era editor-chefe do jornal.

AP



Sienna Miller: US\$ 100 mil como compensação pelo acesso ilegal do "News of the World" a mensagens captadas em seu telefone celular

Também ficaram abaladas as pretensões de Rupert Murdoch de aumentar seu império de comunicações na Grã-Bretanha. No ano passado, a News Corp., dona de quatro dos maiores jornais do Reino Unido (inclusive o tradicional "The Times"), ofereceu o equivalente a US\$ 12,1 bilhões pela participação, que ainda não detém, de 61% na BSkyB, a maior companhia de TV por assinatura da Grã-Bretanha. Com a controvérsia surgida pela escuta ilegal de telefones, que envolveu executivos da estrita confiança de Murdoch, aumentaram os questionamentos na imprensa e no Parlamento britânicos sobre a conveniência de permitir que um grupo de comunicações envolvido em práticas que ferem a lei amplie ainda mais seu escopo de atuação.

Como se sabe, é da boa prática da imprensa que não seja violada a correspondência - no sentido mais amplo da palavra - dos outros. No caso da Grã-Bretanha, existe uma regra específica da Press Complaints Commission (comissão de queixas sobre a imprensa) que determina que a "imprensa deve procurar não obter ou publicar material adquirido pelo uso de câmeras ocultas ou equipamentos de escuta clandestina; ou pela interceptação de ligações telefônicas, mensagens ou e-mails; ou pela remoção não autorizada de documentos ou fotos; ou pelo acesso não consentido a dados armazenados digitalmente".

A outra face da crise da imprensa britânica é o apelo quase indiscriminado de celebridades ao Poder Judiciário para que seja proibida a publicação de uma notícia sobre determinada pessoa. Mais do que isso, esse equivalente a um mandado de segurança da Justiça brasileira determina que o jornal ou revista publique que está sendo censurado. Não é permitida qualquer menção ao caso ou à pessoa que recorreu a um juiz. Em geral, os que procuram a Justiça são ricos e famosos e, em muitos exemplos que foram revelados pela imprensa depois de cassada a decisão inicial, o "segredo" a ser protegido envolvia casos extraconjugais ou relações amorosas com menores de idade. Levantamentos recentes de alguns jornais mostram que mais de 60 dessa espécie de mandados de segurança foram concedidos.

Poder judiciário britânico estabeleceu parâmetros para conter excessos nas tentativas de impedir a publicação de notícias pelos jornais

Essa tendência cresceu tanto que a mais alta instância do Poder Judiciário da Grã-Bretanha se pronunciou sobre o caso, no dia 19 de maio, estabelecendo parâmetros, já que tinha ficado evidente para os magistrados que a concessão das medidas cautelares por juízes ultrapassara os limites do "estritamente necessário", de tal forma que era justificada a apreensão de que uma espécie de "Justiça secreta" tinha começado a existir no país. Uma das exigências é que representantes da imprensa estejam presentes durante as audiências nos processos em que se pede a censura prévia de um determinado tema.

A Justiça também se deparou com outro poder paralelo - assuntos cuja publicação estava proibida e sobre os quais as publicações impressas não poderiam sequer comentar aquela determinação judicial acabaram se tornando conhecidos do grande público por meio do Twitter. A tecnologia moderna "está totalmente fora do controle", já que é um caminho para que se desrespeitem decisões das cortes, disseram os principais magistrados da Grã-Bretanha.

Não há dúvida de que a busca de uma censura antecipada é uma reação de muitos famosos que veem expostos fatos da sua intimidade que, na realidade, alimentam a imprensa sensacionalista. A busca por novidades escandalosas, por histórias que causem furor ou que sirvam para vender jornais se tornou frenética em alguns países - e a Grã-Bretanha é, paradoxalmente, um dos exemplos mais pertinentes desse fenômeno, em claro contraste com o estilo de vida e o ambiente de um país em que se valorizam ao máximo a discrição e a preservação da privacidade.

Fonte: Eu & fim de semana, São Paulo, ano 12, n. 553, p. 6-8, 3, 4 e 5 jun. 2011.